



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000151390

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0140695-49.2010.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante JULIO ROBERTO DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada MARÍTIMA SEGUROS S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MELLO PINTO (Presidente) e EDUARDO SÁ PINTO SANDEVILLE.

São Paulo, 12 de abril de 2012.

Celso Pimentel
relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 22.414
Apelação nº 0140695-49.2010.8.26.0100
30ª Vara Cível do Foro Central da Capital
Apelante: Julio Roberto dos Santos
Apelada: Marítima Seguros S/A
28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Porque a indenização do seguro obrigatório, já quitada no âmbito administrativo, supera o grau da invalidez parcial e permanente da vítima de acidente de trânsito, mantém-se o decreto de improcedência da demanda por diferença.

Autor apela da respeitável sentença que lhe julgou improcedente demanda por diferença de indenização do seguro obrigatório. Insiste na pretensão e em sua invalidez total e permanente. Reporta-se a parecer médico e quer a repetição da perícia.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

Vítima de acidente de trânsito, o autor, atesta a perícia, apresenta incapacidade parcial e permanente avaliada em vinte e cinco por cento (fls. 156/156vº), segundo a tabela própria, invalidez que sequer fora apontada pelo do insuspeito IMESC (fls. 167/174).

O parecer médico a que ele se apeg

caracteriza-se pela generosidade e, portanto, não convence.

Repetição de perícia não se justifica, nas circunstâncias.

Então e como o autor recebeu indenização calculada sobre percentual superior, a nada mais faz jus.

Mantém-se, assim, o decreto de improcedência, negando-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel
relator